

## Treinamento em habilidades sociais

uma ferramenta útil para atuar em ações afirmativas?

Djenane Brasil da Conceição  
Maria Goretti F. C. Pontes

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

CONCEIÇÃO, DB., and PONTES, MG. Treinamento em habilidades sociais: uma ferramenta útil para atuar em ações afirmativas? In: SAMPAIO, SMR., org. *Observatório da vida estudantil: primeiros estudos* [online]. Salvador: EDUFBA, 2011, pp. 209-227. ISBN 978-85-232-1211-7. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



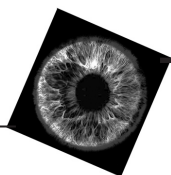
All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

# TREINAMENTO EM HABILIDADES SOCIAIS

## uma ferramenta útil para atuar em ações afirmativas?



DJENANE BRASIL DA CONCEIÇÃO  
MARIA GORETTI F. C. PONTES

### RELEMBRANDO ASPECTOS DA HISTÓRIA DO BRASIL

A escravidão negra foi um dos eventos históricos mais marcantes da trajetória do Brasil na direção de tornar-se um país. Pessoas negras foram expropriadas de sua humanidade, tratadas como mercadorias, sequestradas de suas terras de origem e trazidas para desenvolverem o duro labor escravo. Transportadas e mantidas em condições subumanas, experimentaram todas as formas da violência: física, moral, religiosa e simbólica. A violência, assim, atuava como estratégia de dominação e de controle social dos senhores de terras sobre os negros escravizados.

Campos (2005) afirma que a escravidão no Brasil passou por dois períodos: o primeiro, de 1550 a 1850, e o segundo, de 1850 até a abolição. No primeiro período:

A luta e a resistência dos escravos contra o instituto da escravidão se deram de forma ativa e solitária, sem auxílio de

nenhum grupo social. Nesta primeira fase do escravismo, é que tivemos as grandes insurgências dos escravos negros. (CAMPOS, 2005, p. 27)

É desse período que datam a formação de quilombos e o crescimento da violência de escravos contra famílias de fazendeiros, inclusive com o registro de homicídios. Já no segundo período, a luta dos escravos deu-se de forma diferenciada, sendo caracterizada por alianças com grupos abolicionistas, numa espécie de “resistência passiva” e através da formação de grupos religiosos, associativos ou voltados para o lazer (batuque, dança, música, capoeira etc.), um mundo secreto vivido no interior das senzalas.

Essa situação de conflito social perdurou até 1888, ano oficial e formal da Abolição da Escravatura. Como é largamente conhecida, mesmo após o 13 de maio de 1888, a situação de marginalização dos negros e afrodescendentes pouco mudou em termos de suas condições de vida, extremamente desfavoráveis. Para justificar as profundas desigualdades submetidas a essa população, agora “liberta”, importa-se o Eugénismo – ou a Teoria de Purificação das Raças – presente no ideário de muitos intelectuais e pessoas proeminentes. Elas acreditavam que o Brasil, para se desenvolver, precisaria “embranquecer”. (BENTO, 2002)

Nos anos que se seguiram à abolição, a Proclamação da República (1889) e a Assembleia Constituinte (1891) contribuíram para a instauração do Estado burguês no Brasil, onde todos os homens foram iguados, formalmente, perante a lei. Entretanto, essas mudanças ainda não resultaram na adoção de medidas de inclusão da população negra, recém-liberta, à sociedade. Ao contrário, registrou-se o desenvolvimento das teses do branqueamento, com o objetivo de “melhorar” a população brasileira e a formulação e implementação de ações e políticas de modo a impedir a ascensão social do negro, como foi o caso do favorecimento à entrada de imigrantes europeus no Brasil e restrições quanto à imigração de outros povos. (CAMPOS, 2005) Adicionalmente, “[...] a criação de uma classe intermediária, que muitos pesquisadores

denominação de ‘mulatos’, foi uma das estratégias dominantes contra a tomada de consciência das ‘populações de cor’” (MOURA, 1998 apud CAMPOS, 2005, p. 42), criando uma categoria populacional “menos negra”, e, portanto, a caminho do embranquecimento como meta.

Aliando-se a esses fatores, criou-se em nosso país o “mito da democracia racial” que acabou por atuar como estratégia de ocultação da discriminação direcionada às pessoas negras. “A idéia de democracia racial acabou sendo um recurso inicial para que não se enfrentassem os problemas decorrentes da destituição do escravo e da espoliação final de que foi vítima.” (CAMPOS, 2005, p. 48) Este mito continua a ser um dos fatores que contribui para a manutenção do quadro de desigualdades e exclusão em nosso país. Poucas pessoas admitem que há discriminação racial no Brasil, embora muitas a vivenciem cotidianamente. Segundo Ferreira (2002, p.71):

[...] no Brasil, o preconceito não é abertamente afirmado, dificultando a elaboração de leis que favoreçam sua reversão. A ideologia de que vivemos num país em que as diferenças são aceitas e valorizadas, ‘um verdadeiro exemplo para outras nações’, encobre o problema.

De caráter ideológico<sup>1</sup>, político e social, estabeleceram-se as categorias sociais de “negro” e “branco” no Brasil. Ao transformar questões ideológicas, políticas e sociais em explicações de caráter biológico e naturalista, como a cor da pele, o tipo de cabelo, o formato das nádegas ou a configuração da boca e nariz, os segmentos hegemônicos justificaram, e ainda justificam, as injustiças sociais que se perpetuam desde a escravidão. Através de inúmeras estratégias de inferiorização e de desqualificação, os indivíduos negros e afrodescendentes foram mantidos secularmente à margem da sociedade o que, possivelmente, levou indivíduos submetidos a essa condição, ou a eles solidários, a indagar: “O que fazer para reverter esse quadro?” “Como promover a inclusão

---

1 Ideologia aqui compreendida como estratégias que são usadas por grupos ou pessoas para dominar, exercer poder de modo desigual, assimétrico, sobre outras. (LANE, 1995)

social de grupos minoritários?” “Que ações ou medidas conduziriam a uma sociedade mais justa e igualitária?” Diversas respostas foram encontradas por diferentes movimentos sociais, no Brasil e no mundo.

No caso do Brasil, é importante citar o papel do Movimento Negro Unificado (MNU) que, no final da década de 80 do século XX, chamava a atenção para algumas contradições da democratização brasileira:

A partir de então, o MNU propõe uma série de medidas de compensação e reparação pelas perdas sofridas durante 400 anos de hegemonia racial, apoiadas em estudos estatísticos que revelarão a situação do negro brasileiro. (SISS, 2003 apud CAMPOS, 2005, p. 79)

Destaca-se também a III Conferência Mundial das Nações Unidas de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, realizada na cidade de Durban, África do Sul, de 31 de agosto a 08 de setembro de 2001. Os países participantes, dentre eles o Brasil, assinaram um documento final, contendo diretrizes para a construção de políticas públicas específicas para a inclusão social das populações suscetíveis àquelas formas de subordinação social. Desde então, o Brasil comprometeu-se internacionalmente a “promover programas e ações que sejam de fato incluídas para as comunidades excluídas ‘sócio-racialmente’”. (CARVALHO, 2004 apud CAMPOS, 2005)

Assim, entre nós, ocorreram diferentes formas de organização e manifestação em favor dos direitos das populações negras. Consideramos que as ações afirmativas, certamente, são resultados dessas mobilizações sociais, interessando-nos, agora, apresentar algo sobre seu histórico e formulação.

#### AÇÕES AFIRMATIVAS, COTAS E O CONTEXTO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS

As ações afirmativas vêm sendo implementadas em diferentes países do mundo, desde 1948, embora a expressão *ação afirmativa*, propriamen-

te dita, tenha sido cunhada nos Estados Unidos da América, na década de 60 do século XX. Caracterizam-se por medidas compensatórias aplicadas a grupos minoritários<sup>2</sup> que sofreram processos históricos de discriminação e/ou de exclusão. Enquanto a legislação antidiscriminatória brasileira, com a instituição do crime de racismo como inafiançável e imprescritível, possui caráter proibitivo e punitivo de atitudes de discriminação racial e é voltada para a dimensão individual, as ações afirmativas têm um caráter de discriminação positiva e visam instituir, socialmente, a igualdade de fato ou igualdade substantiva, sendo direcionadas para os níveis institucionais, públicos ou privados, em que a discriminação se manifesta, ou seja, são de caráter coletivo. As ações afirmativas podem aparecer como políticas públicas ou ações da iniciativa privada que contribuem para a redução das desigualdades sociais. Segundo o MEC – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) (2007):

[...] as ações afirmativas constituem um conjunto de políticas públicas e privadas, que podem ser obrigatórias, facultativas ou mesmo voluntárias. São voltadas para grupos sociais que foram alvo de processos históricos de discriminação (por cor ou raça, gênero, orientação sexual, etnia, deficiência física, origem nacional, filiação religiosa etc.). Sua concepção objetiva o combate às discriminações sofridas por estes grupos e, ao mesmo tempo, a redução ou correção do efeito das discriminações desenvolvidas no passado ou no presente. O objetivo mais amplo da ação afirmativa é viabilizar a concretização do ideal de igualdade de acesso a bens sociais fundamentais como educação, emprego, saúde etc.

Dessa forma, as ações afirmativas relacionam-se a reparações e compensações por prejuízos, reais ou simbólicos, sofridos por grupos discriminados e/ou excluídos, visando fomentar a sua inclusão social em todos os níveis sociais. De acordo com Campos (2005, p. 62, grifo nosso):

---

2 Minoritários significa com menor poder ou prestígio, o que não necessariamente indica um menor número de pessoas.

As *Ações Afirmativas* são medidas especiais e temporárias que conduzem à compensação de determinados segmentos da sociedade, neste caso os negros e seus descendentes, por motivo de discriminação e marginalização a que foram submetidos no passado e incluem a implementação de programas de diversidade nas empresas, suporte a programas educacionais, oportunidade de emprego no serviço público e privado, entre outros. Por possuírem um caráter reparatório, as *Políticas de Ação Afirmativa* não são eternas. Elas possuem um tempo determinado de duração, estendendo-se até a eliminação, correção e equalização das desigualdades.

Conforme Silva (2004, p. 39), o conceito de ação afirmativa viabiliza:

O princípio da dignidade da pessoa humana que exige uma igualdade em sentido axiológico-jurídico material [...] têm por objetivo estabelecer critérios de diferenciação para se compensar a desigualdade factual de oportunidades, promovendo a superação de obstáculos.

Frequentemente, os processos de discriminação e/ou de exclusão podem ser facilmente aferidos pelas diferenças no desempenho social, quando se comparam os grupos de pessoas discriminadas e não discriminadas. Um caso particular dessas diferenças é a relação desproporcional entre o número de negros e afrodescendentes e o número de brancos, que é grande, no que diz respeito ao acesso às universidades públicas. Inicialmente, como produto da articulação dos movimentos sociais, em especial dos movimentos negros, houve a criação dos pré-vestibulares para negros e carentes (PVNC) ou pré-vestibulares comunitários, donde se destacam o oferecido pela Fundação Instituto Steve Biko, em Salvador, e o Educafro, de Frei David, no Rio de Janeiro. Por ocasião dos seminários preparatórios para a III Conferência em Durban, a adoção de cotas nas diversas instâncias sociais e nas universidades públicas, em especial, emerge dentre outras propostas de ações afirmativas. (CAMPOS, 2005)

O sistema de reserva de vagas, denominado “cotas”, é uma forma particular de ação afirmativa. Seu principal objetivo é promover a equiparação de oportunidades, para ingresso em diferentes instituições, dos grupos tradicionalmente delas excluídos. Esta ação afirmativa precisa vir acompanhada de outras, que garantam a concretização do **princípio da igualdade (de fato)** com relação à diversidade. No que diz respeito ao ingresso de pessoas negras na universidade pública brasileira, as cotas têm se destacado dentre as ações afirmativas propostas, mas há outras ações afirmativas adotadas por algumas universidades, como o sistema de pontos (UNICAMP) e o percentual adicional (USP). Entende-se que programas de acesso como: isenção de taxa de vestibular, cotas, pontos adicionais, percentual adicional, pré-vestibular comunitário assim como os programas de permanência e de pós-permanência, nas universidades públicas, são todos eles necessários e complementares.

É importante salientar que, se o objetivo das ações afirmativas é promover a inclusão social, um dos principais parâmetros de eficácia de uma ação afirmativa, para acesso ao ensino superior, deve ser o número de ingressantes, ou seja, a quantidade de estudantes que ela leva para a universidade. Os indicadores seguintes seriam o número de estudantes que efetivamente se formam e, o número destes que efetivamente encontram espaço no mundo do trabalho, conforme sua formação, e/ou é aceito em programas de pós-graduação, se decidem seguir a carreira acadêmica ou melhorar sua qualificação em programas do tipo “profissional”.

Segundo Ferreira e Andrade (2006), existiam, na época, no Brasil, 24 instituições públicas de ensino superior que adotaram ações afirmativas para negros e afrodescendentes, sendo que 21 delas adotaram o sistema de reserva de vagas. Dentre essas, 14 universidades adotaram como requisitos para concorrer ao sistema de cotas ser negro e oriundo de escola pública; 6 adotaram como requisito ser negro e um critério socioeconômico e 4 universidades adotaram como requisito para concorrer ao sistema de cotas apenas ser negro. Uma única universidade, a Universidade Federal de Alagoas (UFAL), tem um percentual destinado a mulheres negras. A maioria delas adota a autodeclaração



como forma de identificação dos candidatos. Todas as regiões do Brasil possuem ao menos uma universidade que adotou uma forma de ação afirmativa. No Nordeste, em 2006, eram quatro universidades: UNEB, UFBA, UFRB e UFAL. Analisaremos, doravante, o caso da UFRB instituição a que pertencemos.

#### A UFRB, A PROPAAE E AS AÇÕES AFIRMATIVAS

A Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB foi criada pela Lei 11.151, de 29 de julho de 2005, por desmembramento da Escola de Agronomia da Universidade Federal da Bahia – UFBA, com sede e foro na Cidade de Cruz das Almas e unidades instaladas, atualmente, em Amargosa, Cachoeira e Santo Antonio de Jesus. A UFRB é, portanto, uma universidade *multicampi*, com autonomia administrativa, patrimonial, financeira e didático-pedagógica (UFRB).

O modelo *multicampi* da UFRB tem como objetivo principal explorar o potencial socioambiental de diferentes espaços do Recôncavo Baiano, bem como servir de polo integrador para essa região, tendo como base de sustentação alguns princípios, tais como: cooperação com o desenvolvimento socioeconômico, científico, tecnológico, cultural e artístico do Estado e do País; compromisso com o desenvolvimento regional; criação de marcos de reconhecimento social, oriundos dos serviços especiais prestados no atendimento da população e a adoção de políticas afirmativas de inclusão social, dentre outros. No que concerne à adoção de políticas afirmativas, o ato de criação dessa nova universidade já contemplava o sistema de cotas, constituindo-se, a UFRB, na primeira universidade pública brasileira a possuir uma Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis (PROPAAE), o que fala por si da dimensão alcançada pelas ações afirmativas e pela atenção aos estudantes nesta universidade.

A PROPAAE tem como missão:

Assegurar a execução de políticas afirmativas e estudantis na UFRB, garantindo à comunidade acadêmica condições

básicas para o desenvolvimento de suas potencialidades, visando a inserção cidadã, cooperativa, propositiva e solidária nos âmbitos cultural, político e econômico da sociedade <sup>3</sup>.

Esta Pró-Reitoria interage com outras instâncias universitárias, tanto internas quanto externas, bem como com outras instituições, para garantir a execução de seus objetivos de acordo com sua missão:

A PROPAAE foi criada com o propósito de articular, formular e implementar políticas e práticas de democratização relativas ao acesso ao ensino superior, permanência dos alunos na Universidade e pós-permanência estudantil, de forma dialógica e articulada com os vários segmentos contemplados por estas políticas, pondo em prática uma ação de co-responsabilidade e mutualidade no trato com as demandas da comunidade acadêmica.

Com essa proposta, a PROPAAE organiza-se para identificar demandas junto aos estudantes e articular essas demandas aos princípios das ações afirmativas e da assistência estudantil. Esse exercício de construção coletiva permite identificar os focos de interesse dos estudantes e suas necessidades específicas. Nesse sentido, implantou-se um serviço de acompanhamento psicossocial e pedagógico, através dos Núcleos de Assistência Psicossocial (NUAPS), e de Apoio e Acompanhamento Pedagógico (NAAP), além de uma ação de fomento à vida comunitária, com ênfase no lazer, desportos, arte e cultura, materializada pelo Programa de Vivência Comunitária.

No que diz respeito às ações para o acesso ao ensino superior, a UFRB optou por adotar o mesmo sistema de reserva de vagas (cotas) para o ingresso na universidade, vigente na UFBA. Quando da criação da UFRB, 43% das vagas de todos os cursos eram reservadas a estudantes oriundos de escolas públicas e destes, 85% reservadas àqueles estudantes que se autodeclarassem negros (pretos e pardos). No ano de 2009, a UFRB aderiu ao Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM) em 100% das vagas, eliminando, neste ano, o vestibular de seu processo

---

3 .....  
www.urb.edu.br.

seletivo. Outra ação inserida na política de acesso ao ensino superior é o Programa UNIVERSIDADE PARA TODOS. Este programa é uma parceria com o Governo do Estado da Bahia, através da Coordenação de Desenvolvimento do Ensino Superior (CODES), com universidades públicas do Estado e com a UFRB. Na UFRB, o Programa é gerenciado pelo Núcleo de Ações Afirmativas e Políticas de Acesso, vinculado à PROPAAE. Esta parceria possibilitou à UFRB criar e administrar cursos pré-vestibulares para alunos de 3º ano e egressos, oriundos de escolas públicas, em oito municípios da Região do Recôncavo.

Para promover a permanência dos estudantes, instituiu-se o Programa de Permanência Qualificada, que visa garantir a permanência dos estudantes, nos cursos de graduação da universidade, através da concessão de diferentes modalidades de auxílios e bolsas, e que pretende assegurar a formação acadêmica de qualidade pelo engajamento dos estudantes em diferentes projetos de ensino, pesquisa e extensão. Os estudantes são convidados a participar dos processos seletivos dos programas e projetos vigentes, através de editais.

Segundo a página da PROPAAE na internet estas:

São ações que visam garantir a permanência ‘assistida’ de forma que promovam condições sócio-econômicas, pedagógicas, de saúde e psicológicas necessárias à formação cidadã-profissional no âmbito acadêmico, cultural, político e social do nosso público alvo (estudantes). Cumprindo com este objetivo, a PROPAAE disponibiliza diversos apoios: Acadêmico: auxílio a participação e/ou promoção em eventos, congressos (portaria 208/2007); isenção de taxas para diplomas e trancamentos. Auxílio Pecuniário vinculado a projetos (Auxílio ou bolsa MEC/Sesu hoje PROPAAE/UFRB, Programa do Conexões de Saberes e da Fundação Clemente Mariani<sup>4</sup>). Auxílio Pecuniário vinculado à moradia. Acompanhamento pedagógico a bolsistas. Assistencial Social: abordagem grupal e individual. Encaminhamentos aos serviços de saúde e recursos da comunidade. Programa Vivência Comunitária. Auxílio ao material escolar e à

---

4 O Programa Conexões de Saberes e o Programa da Fundação Clemente Mariani foram extintos em 2009.

## AS HABILIDADES SOCIAIS E O TREINAMENTO DE HABILIDADES SOCIAIS (THS)

O campo das habilidades sociais, um domínio teórico-prático vinculado essencialmente à Terapia Cognitivo-Comportamental, é extremamente valioso do ponto de vista da promoção da qualidade de vida e bem-estar das populações. De acordo com Falcone (2001a, p. 202), “As habilidades sociais têm sido relacionadas à melhor qualidade de vida, a relações interpessoais mais gratificantes, à maior realização pessoal e ao sucesso profissional”. Neste campo, articulam-se conceitos, referenciais e técnicas, de diferentes abordagens com vistas a contribuir para relacionamentos sociais que representem vantagens do ponto de vista individual e social.

Caballo (1997, p. 230, grifo nosso) define habilidades sociais, de modo mais geral, como sendo um:

[...] conjunto de *comportamentos* emitidos por um indivíduo no contexto interpessoal, que expressa *sentimentos, atitudes, desejos, opiniões ou direitos* desse indivíduo de um modo adequado à situação respeitando esses comportamentos nos demais, e que geralmente resolvem uma situação ao mesmo tempo em que minimizam a probabilidade de problemas futuros [...].

Del Prette e Del Prette (2003b, p. 117) definem as habilidades sociais de modo ainda mais específico:

[...] o termo Habilidades Sociais aplica-se à noção de existência de diferentes classes de comportamentos sociais no repertório do indivíduo para lidar com as demandas das situações interpessoais. A competência social tem sentido avaliativo que remete aos efeitos do desempenho das habilidades sociais nas situações vividas pelo indivíduo [...] A competência social qualifica a proficiência desse desempenho e se refere à capacidade do indivíduo de organizar

pensamentos, sentimentos e ações em função de seus objetivos e valores, articulando-os às demandas imediatas e mediatas do ambiente.

Do ponto de vista das habilidades sociais, há que se considerar o caráter situacional-cultural da competência social. Assim, admite-se que não existe o comportamento socialmente competente em si, ou seja, topograficamente preestabelecido como o mais adequado. As habilidades sociais e a competência social variam de indivíduo para indivíduo, e podem variar, num mesmo indivíduo, em função de fatores tais como idade, contexto social, papéis desempenhados em um dado contexto, dentre outros. A competência social, para ser atingida, exige que se considerem valores e normas socioculturais que, em certos momentos, podem estar em discordância com aqueles apresentados pelo indivíduo. (DEL PRETTE; DEL PRETTE, 2002)

Explicitando, mais detalhadamente, a definição de competência social, Del Prette e Del Prette (2002, p. 47) afirmam que:

[...] pode-se definir a competência social como a capacidade do indivíduo (auto-avaliada ou avaliada por outros) em apresentar um desempenho que garanta, simultaneamente: a) a consecução dos objetivos de uma situação interpessoal; b) a manutenção ou melhoria de sua relação com o interlocutor, incluindo-se aí a busca de poder e das trocas nessas relações; c) a manutenção ou melhoria da auto-estima; d) a manutenção ou ampliação dos direitos humanos socialmente reconhecidos.

Percebe-se que o conceito de competência social aponta para relações sociais mais equilibradas, onde se valoriza a autoestima do iniciador da ação, mas também se reconhece e atua de modo a respeitar a autoestima do outro, aquele que recebe a ação. Desse modo, constroem-se relações mais igualitárias, substituindo-se relações autoritárias. Ousaríamos dizer que, se a competência social fortalece a autoestima na dimensão individual, as ações afirmativas podem fortalecer a autoestima das identidades grupais, ou seja, por atuarem num nível coletivo

permitem o reconhecimento e a afirmação de direitos, num domínio mais amplo, favorecendo também a autoestima das populações afetadas. Talvez estejamos falando de duas, ou mais faces, de um mesmo objeto.

Tem sido denominada de assertividade, conforme Lange e Jabukowski (1976 apud FALCONE, 2001b; DEL PRETTE; DEL PRETTE, 2002), a afirmação dos próprios direitos, assim como a expressão honesta e adequada de pensamentos, sentimentos e crenças respeitando os direitos dos outros. Esse conceito tem sido contraposto a duas ideias: a não-assertividade – passividade – e a agressividade. Os comportamentos assertivos, agressivos e passivos variam no grau em que contribuem para que o sujeito atinja seus próprios objetivos, mantenha a qualidade da relação, respeite o outro, e produza sentimentos e pensamentos afirmativos sobre si mesmo. O ‘pensar assertivamente’ é importante na compreensão da vida social que envolve, dentre outros aspectos, compreender os direitos humanos e universais; o direito de pensar que a vida pode ser melhor para si próprio e para outros; que, mesmo num sistema democrático, injustiças podem ocorrer e requerem a ação coletiva e individual para sua correção; que assertividade não é intolerância nem egoísmo; que agir assertivamente não implica em deixar de desculpar falhas alheias, por exemplo, e que o agir assertivamente pode não produzir os resultados externos esperados, mas nos fornece a sensação de satisfação interior produzida pelo fazer o que achávamos que devia ser feito. (DEL PRETTE; DEL PRETTE, 2003b) Para Del Prette e Del Prette (2003b, p.133), “Dentre as várias classes de habilidades sociais, as assertivas são as que mais se relacionam às crenças e noções sobre o mundo social, a justiça, o direito de acesso aos bens da cultura e às relações equilibradas.” Os autores acrescentam, ainda, que o pensar e agir assertivamente transcende a busca por autoafirmação. Ao pensar e agir assertivamente, as pessoas procuram construir um mundo mais justo, mais igualitário, diríamos, especialmente quando acreditam na mobilidade social e, o que nos interessa, nesse momento, na inclusão social de grupos e pessoas historicamente marginalizadas. “Para essa

pessoa, o comportamento interindividual não seria suficiente, e ela tenderia a engajar-se em ações de caráter intergrupar que poderiam ser denominadas de assertivas coletivas (movimentos sociais).” (DEL PRETTE; DEL PRETTE, 2003b, p. 133)

O THS pode ser entendido como um conjunto de técnicas de avaliação e intervenção em habilidades sociais. Um dos instrumentos de avaliação de habilidades sociais é o IHS-Del Prette, Inventário de Habilidades Sociais. (DEL PRETTE.; DEL PRETTE, 2001a) Del Prette A. e Del Prette Z. A. P (2002) afirmam “que este campo é formado por alguns modelos teóricos explicativos, como o modelo da assertividade; o modelo da percepção social; o modelo da aprendizagem social; o modelo cognitivo e o modelo da teoria dos papéis”.<sup>5</sup> Ainda segundo os autores:

[...] pode-se considerar que os princípios, os objetivos e os conceitos associados às técnicas de intervenção e de avaliação configuram-se como campo teórico-aplicado, com uma epistemologia própria. (DEL PRETTE; DEL PRETTE, 2002, p. 30)

O THS tem sido aplicado a diversas populações em diferentes áreas, tais como a clínica – transtornos afetivos e de ansiedade, esquizofrenia, problemas conjugais e familiares, abuso de substâncias psicoativas – e escolas – indivíduos com retardo mental, deficientes sensoriais –, com vistas a aprimorar o desenvolvimento socioemocional e as habilidades interpessoais em escolares e com professores de diferentes segmentos escolares. (DEL PRETTE; DEL PRETTE, 2002) Cabe destacar que o THS demonstra-se eficaz, mesmo quando aplicado a populações não clínicas, como no caso de desenvolvimento de habilidades sociais em professores (DEL PRETTE A.; DEL PRETTE Z. A. P, 1997). Segundo Falcone (2001a, p. 202), “[...] o THS não se destina apenas ao tratamento de problemas clínicos, uma vez que os comportamentos sociais inadequados também são manifestados pela população não clínica”.

---

5 Estes modelos não serão explicitados neste artigo. Para mais detalhes, consultar Del Prette e Del Prette, 2002.

Constata-se que o THS pode ser, também, adotado no desenvolvimento e promoção da qualidade de vida em diferentes fases da vida, como na terceira idade, com vistas à reorganização do estilo de vida, resolução de conflitos decorrentes de preconceitos, e na defesa e reivindicação de direitos. (DEL PRETTE A.; DEL PRETTE Z. A. P, 2002) Com base nessas compreensões e na análise de estudos da área de HS, afirmamos a possibilidade de uso do THS como estratégia complementar aos programas de ações afirmativas, visto que já tem sido usado com outras populações não clínicas. Esta possibilidade levanta novas questões: será necessário criar um inventário de habilidades sociais que envolva interações e desempenhos específicos das situações de discriminação racial? Quais as habilidades mais importantes a serem desenvolvidas que qualifiquem os sujeitos para o enfrentamento socialmente habilidoso, da discriminação racial? E, mais recentemente, pode, e/ou deve, o THS ser adotado como estratégia complementar de ações afirmativas no contexto da UFRB? Que vantagens isso representaria para os participantes?

Acreditamos que as questões levantadas devem agora passar a conduzir nosso olhar e que os argumentos citados acima são suficientes para mostrar que o THS pode servir aos propósitos de ação afirmativa complementar ao processo de inclusão social de pessoas negras (pretos e pardos). Estas, ao serem excluídas e/ou marginalizadas, ou sentirem-se assim, são afetadas em sua identidade, autoestima e sentimento de pertença, sendo necessário desenvolver pensamentos, sentimentos e comportamentos, para lidar com as situações concretas produzidas pelos processos de exclusão.

A universidade pública é, portanto, um contexto onde a necessidade de se implantar o desenvolvimento das habilidades sociais justifica-se amplamente, uma vez que nela, atualmente, encontra-se um número crescente de indivíduos de origem popular, negros e egressos de escola pública que, mesmo de maneira dissimulada, podem sofrer discriminação. Além disso, sentem-se desconfortáveis, por terem ingressado através das políticas de ações afirmativas, ou correm o risco de evadir,



vitimados também pela eventual opressão causada por atitudes preconceituosas dos diferentes segmentos institucionais, a saber: docentes, discentes e técnicos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para Munanga (2002), no prefácio do livro *Psicologia social do racismo*, a Psicologia brasileira teria muito a contribuir para a compreensão do racismo e suas consequências na vida das pessoas que discriminam ou que são discriminadas devido a características fenotípicas-raciais, i.e., relacionadas à aparência física. No domínio da Psicologia, são ainda recentes e escassas as pesquisas ligadas ao racismo e à discriminação racial, o que torna nossa tarefa ainda mais cuidadosa. Adicionalmente, sabemos que, em outras áreas, como as ciências sociais, história e educação, por exemplo, mais pesquisas têm sido produzidas, podendo influenciar algumas ações propostas, sejam por parte de governos, pesquisadores ou dos movimentos sociais. De acordo com Valente (1994, p. 9, grifo nosso),

Com o intuito de contribuir para a eliminação do racismo no Brasil, algumas ações vêm sendo desenvolvidas nos planos educativo, cultural e legal. Ações educativas e culturais são propostas por grupos negros organizados, por estudiosos e pessoas comprometidas com a luta anti-racista. No plano legal, a partir da promulgação do novo texto constitucional, em 1988, *o racismo é um crime inafiançável e imprescritível*. Coibir e punir as práticas racistas será o suficiente para acabar com elas?

Supomos que a resposta à pergunta enunciada pela autora vem sendo construída pelos movimentos sociais negros brasileiros, desde a escravidão. Ela aponta na direção das ações afirmativas como medidas alternativas e/ou complementares às medidas punitivas e proibitivas antidiscriminatórias.

Este texto é uma tentativa de ampliar a contribuição da Psicologia no que concerne ao problema da discriminação racial no Brasil.

Esperamos ter apontado adequadamente que o THS é ferramenta que poderá auxiliar o indivíduo negro (preto ou pardo)/afrodescendente a construir sua identidade, suas cognições, crenças centrais e esquemas básicos, de modo mais afirmativo e positivo, tanto individual quanto coletivamente. Seus comportamentos e sua vida afetiva podem ser trabalhados, se ele assim o desejar, para que ele desenvolva um repertório cognitivo-comportamental de valorização de suas características étnico-raciais e para que adote atitudes individuais e coletivas de enfrentamento das desigualdades e injustiças a que pode estar submetido em diferentes situações.

Desse modo, é importante salientar o papel do THS, como uma estratégia de intervenção complementar e necessária, podendo auxiliar os Programas de Permanência voltados para Ações Afirmativas, no âmbito da PROPAAE /UFRB. O THS deve ser desenvolvido para auxiliar o processo de transformação social com vistas à redução das desigualdades sociais e à inclusão social dos estudantes universitários negros (pretos e pardos)/afrodescendentes, principais usuários destes programas.

## REFERÊNCIAS

BENTO, M. A. S. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: CARONE, I.; BENTO, M.A.S. (Orgs.) *Psicologia Social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2002.

CABALLO, V. E. El papel de las habilidades sociales em el desarrollo de las relaciones interpersonales. In: ZAMIGNANI, D. R. *Sobre Comportamento e Cognição*. Santo André, SP: ARBytes, 1997.

CARVALHO, José Jorge de. Bases para uma aliança branco-negro-indígena na luta contra a discriminação étnica e racial no Brasil. *Cadernos CERIS*, Rio de Janeiro, n. 4, p. 13-34, 2004.

CAMPOS, A. C. B. *Políticas de ação afirmativa? A implementação das cotas na Universidade estadual do norte fluminense nos vestibulares de 2003 e 2004*. Dissertação (Mestrado em Política Social – UENF). Dissertação

de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais da Universidade Estadual do Norte Fluminense-UENF. Campos dos Goytacazes, RJ. 2005

DEL PRETTE, A.; DEL PRETTE, Z. A. P. Habilidades Sociais e educação: Pesquisa e atuação em psicologia escolar / educacional. In: DEL PRETTE, Z. A. P. (org.). *Psicologia Escolar e Educacional*. Saúde e Qualidade de Vida. 2ª. Edição. Campinas: Ed. Alínea, 2003.

\_\_\_\_\_. *Inventário de Habilidades Sociais (IHS – DEL – PRETTE)*: manual de aplicação, apuração e interpretação. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001a.

\_\_\_\_\_. Uma proposta de um sistema de classificação das habilidades sociais. In: GUILHARDI et al. (Org.). *Sobre comportamento e cognição: expondo a variabilidade*. Santo André, SP: ESETEC, 2001b.

\_\_\_\_\_. *Psicologia das Habilidades Sociais*. Terapia e Educação. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

\_\_\_\_\_. Um programa de desenvolvimento de habilidades sociais na formação continuada do professor. In: Associação Nacional de pesquisa em Educação (ANPED), Minas Gerais, 1997. *Anais... Minas Gerais*, 29 p. CD-ROM

FERREIRA, R. F. O brasileiro, o racismo silencioso e a emancipação do afro-descendente. *Psicologia e Sociedade*, v. 14, n. 1, p. 69-86, 2002.

FERREIRA, R.; ANDRADE, A. Mapa das ações afirmativas no ensino superior. Programa Políticas da cor na educação brasileira. *Laboratório de Políticas Públicas*, Rio de Janeiro, n. 4, out. 2006.

LANE, S. T. *O que é psicologia social*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

LANGE, J .L.; JAKUBOWSKI, P. *Responsible Assertive Behavior*. Illinois: Research Press, 1976.

FALCONE, E. M. Habilidades sociais: Para além da assertividade. In: WIELENSKA, R.C. (Org.). *Sobre comportamento e cognição: questionando e ampliando a teoria e as intervenções clínicas e em outros contextos*. 6 v. Santo André: ESETEC, 2001.

MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO - SeCRETARIA DE EEDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE. *O que é ação afirmativa?* Rio de Janeiro: Coordenação do Programa Conexões de Saberes. 2007.

MOURA, Clóvis. *Sociologia do negro brasileiro*. São Paulo: Editora Ática, 1998.

MUNANGA, B. In: CARONE, I.; BENTO, M.A.S. (Org.) *Psicologia Social do racismo*. Estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2002. Prefácio

PRÓ-REITORIA DE POLÍTICAS AFIRMATIVAS E ASSUNTOS ESTUDANTIS. *Apoio ao estudante*. Cruz das Almas, BA: UFRB, 2008. Disponível em: <[http://www.ufrb.edu.br/propaae/index.php?option=com\\_content&task=view&id=92](http://www.ufrb.edu.br/propaae/index.php?option=com_content&task=view&id=92)> Acesso em 05 de fev. de 2010.

SILVA, L. F. M. *Estudo sociojuridico relativo à implementação de políticas de ação afirmativa e seus mecanismos para negros no Brasil: aspectos legislativo, doutrinário, jurisprudencial e comparado*. Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <<http://w3.ufsm.br/afirme/LEITURA/diantelei/dl02.pdf>> Acesso em: 05 fev. 2010.

SISS, Ahyas. *Afro-brasileiros, cotas e ação afirmativa: razões históricas*. Niterói/PENESB, 2003.

VALENTE, A. L. E. F. *Ser negro no Brasil hoje*. São Paulo: Editora Moderna, 1994.